

Ata da Reunião para a eleição de representantes das organizações da sociedade civil para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social - Cacs do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb da União para o mandato de 2021-2024, realizada em 14 de setembro de 2021.

Reunião Virtual por meio da Plataforma Teams

Data: 14/09/2021 Horário: 14h30

Participantes

I - Representantes do Ministério da Educação:

Helber Ricardo Vieira, Secretário Adjunto da Secretaria de Educação Básica (Gab/Seb);

Paulo Sérgio Parro, Coordenador-Geral de Projetos e Gestão da Informação (CGInf/Gab/Seb);

Andrea Araujo Pereira – equipe CGInf;

Leda Mercia Lopes - equipe CGInf;

Luciana da Silva Castro, equipe CGInf;

Mauro Lucio de Barros, equipe CGInf;

II - Representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme:

Humberto Gonzaga Lima, Presidente da Uncme nacional;

Ana Lucia Rodrigues, Vice-Presidente da Uncme nacional

Ata

A pedido do Secretário Adjunto, Helber Vieira, todos os participantes da reunião se apresentaram, oportunidade em que o Senhor Humberto destacou o motivo da reunião, ao citar os editais 41 e 42, que dispõem sobre o processo eletivo para a escolha de representantes das organizações da sociedade civil para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb da União para o mandato de 2021-2024.

Na sequência falou a Senhora Ana Lúcia, que se apresentou como suplente nesse colegiado, em que o Senhor Humberto seria o titular. Ela disse ainda ser vice-presidente da Uncme nacional, responsável pela região sul, coordenadora da Uncme do Estado do Paraná, Presidente do Conselho Municipal de São José dos Pinhais e membro do Conselho Estadual do Fundeb do Paraná.

Após as apresentações o Secretário Adjunto iniciou a reunião destacando qual era seu objetivo e aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho da Uncme, ressaltando o ganho que o país teve ao ter à frente do

Forum Nacional de Educação (FNE), a referida instituição. Destacou que a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação foi a única organização que reuniu todos os requisitos necessários para chegar a essa etapa do processo eletivo para o Cacs/União. Na sequência ele destacou que a equipe técnica da CGInf apresentaria o panorama dos próximos passos desse processo além de um breve resumo do que já foi realizado até o presente momento.

Reiterou a importância da Uncme, sobretudo pela sua capilaridade alcançada nos últimos anos, com a maior aproximação dos municípios, e reconhece que isso é resultado de muito trabalho, o que, segundo o Secretário, os legitima para as alçadas que a Instituição tem empreendido, com responsabilidade e carinho, pela educação brasileira.

Na sequência ele passou a palavra para o Coordenador-Geral, Paulo Parro, que destacou que a data de 14 de setembro seria, de acordo com o edital, o processo eletivo dos representantes da sociedade civil para o Cacs/Fundeb/União, no entanto, observou que apenas a Uncme foi homologada por ter apresentado toda a documentação exigida nos editais 41 e 42 e aproveitou a oportunidade para parabenizar a Instituição por ter completado esse processo.

Ele observou, no entanto, que, para a indicação dos integrantes, foi feita uma consulta à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, considerando que o edital previa a eleição de dois representantes titulares e dois representantes suplentes das organizações da sociedade civil, mas pairava a dúvida se a Uncme, sendo a única a completar o processo eletivo, poderia indicar os dois titulares e os dois suplentes.

Para tanto, o Senhor Paulo informou que havia sido enviada uma Nota Técnica à Conjur e que estaríamos, portanto, aguardando o parecer dessa Consultoria Jurídica, para ser dada sequência ao processo. Aproveitou também, para parabenizar a Uncme, por ser uma das organizações da sociedade civil, responsável por indicar representantes para o Cacs/Fundeb/União.

A palavra foi passada para a Luciana, que solicitou à Andrea, responsável pela elaboração dos editais do processo eletivo, para que ela fizesse outras observações, consideradas relevantes ao processo. Ela destacou que, praticamente, o processo já foi finalizado, conforme previsto nos editais 41 e 42, com a publicação do resultado final em que apresentou a Uncme como a única instituição homologada e que agora a CGInf/SEB iria aguardar o posicionamento da Conjur para sabermos se essa organização poderia indicar os dois representantes titulares e os dois suplentes.

A Andrea informou ainda que, após a resposta da Consultoria Jurídica – Conjur/MEC, será enviado ofício a todas as instituições, previstas no Decreto nº 10.655/2021 que instituiu o Cacs/Fundeb/União, para que enviem os nomes dos seus representantes. Na sequência, ainda segundo a Andréa, será elaborada uma portaria de designação que, após sua publicação, será feita a convocação de todos para a primeira reunião, cuja data, provavelmente, será entre os meses de outubro ou novembro desse ano.

A Luciana destacou que todos os normativos referentes a esse processo eletivo, desde o edital até o resultado final estão na página do Cacs, no *site* do MEC, de modo que todos os interessados pudessem acompanhar o passo-a-passo, com bastante transparência. O endereço eletrônico citado é: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/conselhos-fundeb/conselho-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-da-educacao-basica-da-uniao-cacs> .

O professor Humberto pediu então a palavra para agradecer as palavras de reconhecimento e de incentivo do Secretário Helber e destacou que a Uncme é uma instituição muito heterogênea e informou que sua participação no Cacs também foi para o nível estadual e que em todos os estados em que a Uncme concorreu, saiu com sua inscrição homologada. Destacou que a escolha da Senhora Ana Lúcia para ser a suplente nacional, se deu, devido ao fato de ter sido o Paraná, o primeiro Estado a aceitar participar do Cacs em nível estadual. Ressaltou ainda, que, assim como para o Cacs da União, o Cacs dos Estados também estão enfrentando dificuldades de representação, pela baixa participação de interessados. Ressaltou que, na Bahia, só houve a inscrição da Uncme, mesmo sendo um Estado tão grande. Nesse caso, o Senhor Humberto disse que o Estado também recorreu à Consultoria Jurídica que decidiu pelo preenchimento das duas vagas pela Uncme, de modo que não houvesse a interrupção do processo previsto na Lei nº 14.113/2020.

Sobre o processo de indicação para o Cacs da União, o senhor Humberto questionou apenas se, caso a Uncme ficasse com as duas vagas, a Senhora Ana Lúcia poderia ficar com a segunda vaga de titular e outros dois nomes seriam indicados para as outras duas vagas de suplente. Para responder a essa questão o Secretário disse acreditar não haver problemas, mas que precisaríamos, antes de qualquer decisão, aguardar o posicionamento da Conjur/MEC sobre a possibilidade da Uncme poder indicar os dois representantes titulares e os dois suplentes, para o Cacs da União.

Na sequência, a Andrea observou que as indicações solicitadas durante o edital eram para participação no processo de eleição e que, não necessariamente, precisariam ser as mesmas para a indicação de representação e que agora será realizado um próximo passo em que será pedida a indicação dos representantes que, nesse caso, poderá ser feita a indicação que considerarem mais adequada. Diante dessa explicação o Senhor Humberto agradeceu e disse ter ficado claro o entendimento sobre a questão.

Ao finalizar a reunião, o Secretário reiterou seu compromisso em solicitar agilidade da Conjur/MEC para a análise dessa questão, devido ao nosso interesse em finalizar o referido processo o quanto antes. A Luciana aproveitou para observar a intenção do MEC em realizar, até o início de dezembro, a primeira reunião do Cacs/Fundeb/União.

O senhor Humberto finalizou sua participação na reunião, destacando a experiência da Uncme, que era restrita aos conselhos municipais de educação, sem o olhar para o financiamento o que motivou uma alteração estatutária e em 2018 passou-se a filiar os Cacs Fundeb em nível estadual e municipal. Ele destacou que cerca de 20% dos municípios já têm o Cacs/Fundeb integrados aos conselhos municipais de educação. Por fim, ele se colocou à disposição para contribuir com a aproximação dos conselhos municipais de educação e o Ministério da Educação.

Para finalizar, o Secretário Helber destacou a importância dos gestores da educação tratarem não só das questões pedagógicas, como de financiamento também, pois ele acredita que é preciso garantir e assegurar a efetiva aplicação dos recursos, participando ativamente das decisões de investimentos para a qualidade da educação.

Ao agradecer a participação de todos, o Secretário se despede e diz esperar que na próxima reunião já possa consolidar a decisão sobre esse processo.